

Parecer de Dirigente do Controle Interno



Presidência da República - Controladoria-Geral da União - Secretaria Federal de Controle Interno

Relatório: 201203531

Unidade Auditada: IBAMA Sede

Exercício: 2011

Processo: 02001.000001/2012-11

Município/UF: Brasília/DF

1. Em conclusão aos encaminhamentos sob a responsabilidade da Controladoria-Geral da União quanto à prestação de contas do exercício de 2011 da Unidade acima referenciada, expresse opinião sobre o desempenho e a conformidade dos atos de gestão dos agentes relacionados no rol de responsáveis, a partir dos principais registros e recomendações formulados pela equipe de auditoria.
2. No exercício analisado, merece destaque o resultado positivo obtido pela Instituição no combate ao desmatamento na Amazônia. Em maio de 2011, após serem divulgados números alarmantes, indicando acentuado aumento da área desmatada naquele bioma, o Ibama ofereceu resposta eficaz ao direcionar suas operações para a região foco do problema, revertendo a tendência de alta e reduzindo a taxa de desmatamento anual na Amazônia Legal ao menor número aferido desde 1988.
3. Contudo, a auditoria identificou fragilidades que impactam a execução das políticas públicas a cargo do Ibama. As falhas constatadas na supervisão e avaliação das atividades administrativas e finalísticas da instituição comprometeram o desempenho da Autarquia, principalmente ao não estabelecer diretrizes estratégicas, nem informações gerenciais a seus gestores e servidores. Assim, sem referenciais estratégicos e parâmetros operacionais consistentes, a instituição foi pautada pela percepção dos dirigentes e por demandas de origem externa. Constatou-se também que, apesar de todas as atividades administrativas e finalísticas do Instituto dependerem cada vez mais de sistemas informatizados, a área de Tecnologia da Informação – TI do Ibama não possui a estrutura necessária. O quadro reduzido de servidores e a falta de estrutura formal da área contribuíram para as falhas constatadas no acompanhamento da execução e da gestão de contratos.
4. As fragilidades nos controles internos têm como principal causa a ausência de Planejamento Estratégico, mapeamento de riscos, metas institucionais e instrumentos para o monitoramento da

4

gestão. Somando-se a essas causas, cabe mencionar a constante substituição de dirigentes e a escassez de recursos humanos, que se torna mais crítica a cada exercício. A falta de pessoal também é causa das fragilidades da área de TI. Contudo, outra causa verificada para a situação foi a falta de empenho da alta direção do Instituto em buscar soluções para dotar a área de TI de condições compatíveis com sua importância para a instituição.

5. As recomendações feitas pelo Controle Interno foram atendidas em sua grande maioria restando pendentes aquelas que se encontram em implementação. Quanto a esse aspecto, ressalta-se o esforço da Unidade para o atendimento tempestivo das recomendações e solicitações dos órgãos de controle.

6. Os controles internos administrativos da Autarquia não se mostraram suficientes para atender as responsabilidades institucionais, considerando suas características históricas, estruturais e geográficas. O Relatório de Gestão indica que 70% dos quesitos de avaliação dos componentes da estrutura de controle interno (ambiente de controle, avaliação de riscos, procedimentos de controle, informação e comunicação e monitoramento) são desconhecidos ou pouco aplicados na Autarquia. A ausência de diagnóstico, de níveis e de priorização de riscos, são deficiências verificadas no aspecto Avaliação de Risco e que resultam em Procedimentos de Controle ineficazes, com baixa capacidade preventiva, dirigidos, em grande medida, por demandas externas e denúncias. Quanto ao aspecto Informação e Comunicação, observou-se dificuldade em se estabelecer quais informações são relevantes, qual a melhor forma de produzi-las, como, quando e para quem devem ser disponibilizadas e com qual finalidade.

7. Fato que merece destaque pelo grande benefício que traz aos controles internos da unidade, bem como pela evolução que proporciona à Autarquia, foi a conclusão, em novembro de 2011, do Planejamento Estratégico Institucional do Ibama. Verificou-se ao longo do exercício de 2011 e do início de 2012, o direcionamento de esforços para que o instrumento fosse elaborado conforme a metodologia eleita pelos dirigentes do Instituto e que pudesse contar com a participação de servidores com o perfil adequado no Grupo de Trabalho criado para a realização dessa tarefa. A elaboração do Plano Estratégico Institucional era uma necessidade apontada ao Ibama de forma recorrente pelos órgãos de controle e reconhecida pela própria Autarquia, que já havia iniciado sua elaboração em outras oportunidades, mas que, por diversos motivos, teve que interromper os trabalhos. A conclusão do Plano Estratégico 2012-2015 oferece ao Ibama instrumento necessário para estabelecer um modelo de gestão estável e compatível com a importância de sua missão institucional.



8. Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VI, art. 13 da IN/TCU/n.º 63/2010 e fundamentado nos Relatórios de Auditoria, acolho a proposta expressa no Certificado de Auditoria pela regularidade da gestão dos integrantes do Rol de Responsáveis.

9. Desse modo, o processo deve ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei n.º 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília, DF 23 de julho de 2012



WAGNER ROSA DA SILVA

Diretor de Auditoria da Área de Infraestrutura

